

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 335-356.

## **O tratamento dos militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa, no contexto das invasões napoleónicas**

**Maria Marta Lobo de Araújo\***

### **Resumo:**

O presente trabalho estuda o tratamento dos militares no hospital Real do espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa, no contexto das invasões napoleónicas e procura analisar a relação existente entre esta conjuntura político-militar e o volume de soldados curados no referido hospital.

Depois de assinado um tratado entre a Misericórdia de Vila Viçosa e a Coroa em 1660, para a cura de militares no hospital do Espírito Santo, esta unidade de tratamento passou a curar milhares de militares nas suas enfermarias, sobretudo em períodos de invasão de fronteiras de tropas estrangeiras.

A presença de militares em Vila Viçosa era já muito forte em finais do século XVIII, facto que se agravou nos primeiros anos do século seguinte, em virtude da Guerra Peninsular e de Vila Viçosa ter sido ocupada por tropas franco-espanholas. Nesta altura, o hospital do Espírito Santo encheu-se de soldados, os doentes civis internados reduziram-se ao mínimo, sendo maioritariamente tratados em suas casas. O hospital apresentava-se incapaz de receber mais doentes, ficando à mercê dos militares.

Este estudo demonstra ainda a dificuldade da Coroa em efectuar pagamentos em tempo útil, continuando a pagar tardiamente e de forma parcelar.

O tratamento de militares no Hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa verificou-se a partir de 1660 e é consequência de um tratado assinado entre esta instituição e a Coroa<sup>1</sup>.

Numa altura em que não existiam ainda hospitais militares, a Coroa teve necessidade de recorrer às Misericórdias para curar e tratar militares<sup>2</sup>. Contrariamente ao

---

\* Docente do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Sobre a assinatura deste contrato veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*, in separata do livro de “Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora”, Évora, 1996, pp. 149-151.

<sup>2</sup> Leia-se a propósito Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 235.

verificado em várias regiões da Europa que conheceram a instalação de hospitais para militares sobretudo durante o século XVIII, em Portugal é necessário esperar pelo século seguinte<sup>3</sup>.

O pedido da Coroa foi bem aceite em Vila Viçosa e materializava as boas relações existentes entre as duas instituições. A mesma situação foi vivida em outras Misericórdias que, à semelhança do verificado em Vila Viçosa, assinaram também acordos com a Coroa para se proceder ao tratamento de militares nos seus hospitais. Porém, outras existiram em que as diligências efectuadas pela Coroa não conheceram os mesmos sucessos. A Misericórdia de Ponte de Lima, por exemplo, não assinou nenhum tratado com a Coroa, em virtude do desentendimento surgido entre ambas em torno do hospital de S. João de Deus, da mesma vila. A não passagem desta instituição para a Misericórdia, como era sua pretensão, inviabilizou o entendimento que a Coroa desejava alcançar para o tratamento de militares no hospital da Santa Casa. Apesar de não se ter verificado um consenso entre as partes e de não se ter assinado nenhum acordo, a Misericórdia de Ponte de Lima não fechou as suas portas aos militares e tratou alguns soldados no seu hospital, durante a segunda metade do século XVII<sup>4</sup>. Contudo, fê-lo segundo o entendimento que fazia dos pobres que desejava prover, não estando limitada a nenhum acordo que a obrigasse a actuar dentro do estipulado.

A Misericórdia de Setúbal conheceu uma situação diferente. Se pela altura das Guerras da Restauração efectuou um contrato para cura de militares no seu hospital, aquando das invasões francesas “os físicos portugueses, médico e cirurgião do Exército da Divisão do Sul, por ofício que apresentarão de 11 de Novembro de 1807”, fizeram-se presentes no hospital desta Santa Casa para observar as suas enfermarias, resolvendo curar aí os militares, “sem consentimento da Mesa, apresentando-lhe o facto como consumado”<sup>5</sup>.

O contrato assinado entre a Misericórdia de Vila Viçosa e a Coroa previa a cura de militares de Vila Viçosa, Borba, Alandroal, Terena e Monsaraz e definia as obrigações de ambas as partes. Em virtude da insatisfação da Santa Casa no que respeitava à diária paga por cada soldado internado e sobretudo aos pagamentos retardados com que a Coroa saldava as despesas efectuadas pelos militares tratados na Misericórdia, em 1735 foi efectuado novo acordo, ficando a confraria obrigada a curar 100 militares das praças anteriormente assinaladas, por um preço diário de 180 réis. Esta quantia vai manter-se até 1805, ano em que subiu para 240 réis.

As dimensões do hospital Real do Espírito Santo de Vila Viçosa eram consideráveis, sobretudo quando comparáveis com as dos hospitais vizinhos, mais pequenos e pior apetrechados. Desde o início do século XVIII que este hospital contava com seis enfermarias, o que lhe conferia disponibilidade de espaço para albergar um número considerável de doentes. Embora o número de doentes aumentasse, o hospital

---

<sup>3</sup> Confira-se Lindemann, Mary, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 141-151.

<sup>4</sup> Acerca do processo de negociações existente entre a Misericórdia de Ponte de Lima e a Coroa na segunda metade do século XVII leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 650-652.

<sup>5</sup> A propósito da cura de militares na Misericórdia de Setúbal consulte-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, p. 418.

não sofreu alterações na estrutura que possuía, mesmo perante as novas necessidades com que foi confrontado. Nesta altura e durante toda a metade do século XIX, muitos hospitais europeus apresentaram alterações substanciais, modernizando-se e disponibilizando maiores e melhores espaços aos doentes<sup>6</sup>.

Disponha também de serviços clínicos prestados pelos médicos, cirurgiões e sangradores que trabalhavam nesta unidade de tratamento hospitalar. Os hospitaleiros prestavam também alguns serviços de relevo aos hospitalizados. Por sua vez, a assistência à alma era assegurada pelo capelão da Casa, que assistia igualmente todos os restantes internados. Para além dos motivos invocados, a relação próxima que a Casa de Bragança mantinha com a Misericórdia da vila, assumiu um significado importante na decisão de ambas as partes. Estas teriam sido as razões que presidiram à escolha deste hospital para centralizar a cura de militares desta área geográfica.

O facto de Vila Viçosa ser terra de fronteira deu realce ao acordo firmado com a Coroa, sobretudo em alguns momentos particulares da nossa História e associados a guerras com Castela.

A cura de militares no hospital da Misericórdia de Vila Viçosa esteve muito condicionada da conjuntura político-militar do reino e dela dependeu o maior ou o menor número de militares internados. As Guerras da Restauração, a Guerra de Independência de Espanha, a Guerra dos Sete Anos e a Guerra Peninsular (nos começos do século XIX aquando da perda de Olivença e das campanhas napoleónicas) fizeram encher o hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa de soldados.

Em finais do século XVIII, tinha-se já conhecido uma enorme movimentação de tropas na vila, obrigando a Santa Casa a curar os doentes da terra em suas casas, reservando o hospital quase exclusivamente para os militares. Esta estratégia que o hospital seguiu não era nova e estamos certos de que não se deveu exclusivamente à necessidade de tratar militares. Desde sempre foi prática do hospital proceder ao tratamento de doentes no domicílio, preferindo esta linha de actuação ao seu internamento<sup>7</sup>.

Para além do exército que regularmente se mantinha na vila e que constituía a sua força defensiva, Vila Viçosa registava nestes momentos um maior contingente de militares que aí permaneciam ou se encontravam de passagem. O Exército estava sediado no castelo e em muitas casas particulares, vendo-se os seus moradores coagidos a instalar soldados dentro de suas portas, por falta de alojamento.

Durante a Guerra Peninsular, Vila Viçosa encheu-se de soldados, sendo palco da violenta guerra de ocupação. Serviu ainda como local de trânsito para as tropas que se encontravam em movimentação, quer para Espanha, quer para as diferentes partes do reino. Como não havia na vila quartel para alojar todos os militares, muitos ficavam em casas particulares “por não poder ser isso de outro modo, visto que as tropas alojadas ascendiam por vezes a muitos milhares de homens e chegava um paisano a ter os baixos

---

<sup>6</sup> Sobre este assunto consulte-se Calixte Humedam-Simon, *La conquête de la santé en Europe 1750-1900*, Paris, Éditions Belin, 2000, p. 100.

<sup>7</sup> A assistência domiciliária estava consignada nos compromissos e uma grande parte das Misericórdias actuavam cumprindo estes dois preceitos. Contudo, poucos casos terão conhecido a prática seguida pela Santa Casa de Vila Viçosa. Para Coimbra leia-se Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, Vol. II, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 25.

da sua casa cheios de soldados e os altos ocupados com oficiais inferiores e subalternos, restringindo-se a família a habitar somente num ou dois quartos”<sup>8</sup>.

A dificuldade em alojar soldados vai existir também no hospital Real do Espírito Santo que se apresentou incapaz de socorrer todos os que precisavam de cuidados de saúde. A documentação existente no Arquivo da Santa Casa demonstra que a acção da Santa Casa junto dos doentes da vila foi a mesma que se verificou anteriormente, ou seja, curá-los em casa e reservar o hospital para os militares e para os doentes em estado muito grave.

Apesar de possuir seis enfermarias, o hospital tinha limites de acolhimento e dava prioridade nestas ocasiões aos militares. Não nos esqueçamos que este serviço era pago e que o restante, feito aos pobres era gratuito. Por isso, mesmo que pago com atraso, este serviço possibilitava à Santa Casa a entrada de receitas, numa altura em que os foros e as rendas conheciam significativos atrasos de pagamento e os legados eram cada vez em menor número. Apesar desse facto, o Palácio ducal foi transformado em “hospital de sangue”<sup>9</sup>, provando a incapacidade de tratamento dos militares feridos apenas numa única unidade hospitalar como aliás aconteceu em muitas outras localidades onde os militares ocuparam não apenas os hospitais existentes, mas muitas casas particulares serviram também de local de tratamento. Também o Paço dos bispos Deões da Capela Real foi requisitado, durante a Guerra Peninsular pelo Exército inglês, e transformado em aquartelamento e “hospital de sangue”<sup>10</sup>.

A vila não possuía estruturas capazes para albergar tantos militares, socorrendo-se dos edifícios existentes. Assim, em 1848, D. Maria II fez a cedência total das estrebrias do Palácio às unidades militares aqui sediadas<sup>11</sup>.

O trabalho que apresentamos estuda o tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo de Vila Viçosa entre 1800 e 1814; tem como enquadramento as campanhas napoleónicas e dá sequência a um anterior estudo, onde analisámos a assistência aos soldados neste hospital, em finais do século XVIII.

## **A conjuntura político-militar**

A conjuntura político-militar vivida por Portugal em finais do século XVIII e primeiros anos do século XIX foi complexa e integrou-se na nova geografia político-militar que se desenhava na Europa. As pretensões expansionistas da França encontraram como fronteira a poderosa Inglaterra e necessitavam de aniquilar o seu antigo aliado para mais facilmente a poder ultrapassar. Portugal assumiu então um papel de relevo neste conflito e o alinhamento do nosso país ao lado da Inglaterra teve como consequências as dolorosas invasões entre 1807 e 1810.

As aproximações efectuadas entre a Espanha e a França após o Tratado de Basileia reforçaram a consciência em Lisboa de que esta aliança continental procurava

---

<sup>8</sup> Consulte-se José Joaquim da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, nº 13, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, p. 91.

<sup>9</sup> Designação associada aos feridos de guerra.

<sup>10</sup> Sobre este assunto veja-se Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos do Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, 1º Vol. Lisboa, s.n., 1978, p. 654.

<sup>11</sup> Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal...*, p. 655.

anular as ambições marítimas da Inglaterra. Contudo, pretensões francesas passavam pela aniquilação de Portugal e consequentemente pelo isolamento da Inglaterra. Desta forma, mais facilmente conseguiria alcançar vitória sobre a potência inimiga.

Combinados os interesses da França com a Espanha, Portugal recebeu um ultimato em Janeiro de 1801 para abandonar a aliança com a Inglaterra e fechar os seus portos aos navios daquela potência, devendo abri-los aos espanhóis e franceses. Frente à não aceitação de Portugal, a Espanha declarou-nos guerra e o reino foi invadido - Guerra Peninsular. As tropas franco-espanholas operaram no Alto Alentejo, visando algumas praças, de que se destaca Olivença, tendo chegado perto de outras importantes, como era o caso de Estremoz, quartel-general do reino<sup>12</sup>. Em consequência da “Guerra das Laranjas”, Portugal assinou um tratado de paz comprometendo-se, entre outros aspectos, a fechar os seus portos à navegação inglesa e a não autorizar contrabandos nas suas fronteiras que prejudicassem a Espanha. Esta, por sua vez, restituiria as praças conquistadas, com excepção de Olivença, ao território português<sup>13</sup>.

Vila Viçosa foi também invadida aquando da “Guerra das Laranjas”, encontrando-se a vila desguarnecida de tropas nesta altura que pudessem fazer face aos invasores<sup>14</sup>. Apesar de nesta terra não se terem verificado lutas entre invasores e invadidos, pois esta praça não ofereceu resistência, e das tropas franco-espanholas terem utilizado Vila Viçosa como meio de passagem, as munições que se encontravam no castelo foram saqueadas pelos espanhóis. Ficou referido numa vereação de Outubro de 1802, pelo depositário das armas e munições do castelo da vila, que na “guerra próxima passada o inimigo tinha destruído e levado o que no castelo havia” e não apenas munições, mas também camas, enxergões e roupa, razão pela qual na mesma sessão se resolveu proceder à reposição dos bens destruídos e roubados<sup>15</sup>. A preocupação com a instalação das tropas determinava procedimentos cautelosos e preventivos, de forma a que a vila não se encontrasse sem capacidade de resposta numa situação futura.

Em 1803 e por determinação governamental, o segundo regimento de Olivença foi aquartelado em Vila Viçosa, procedendo à defesa desta praça. Para albergar todos os militares foi necessário melhorar as condições de aquartelamento e provê-las do necessário<sup>16</sup>. Este regimento ficou instalado nos "quartéis" da Cidadela da vila. Vila Viçosa possuía nesta altura estruturas de assistência médica consideradas suficientes para o tempo de paz. Porém, a concentração militar na vila e o período de insegurança que se vivia, aconselhou o seu reforço e a criação de mais dois partidos camarários, um de medicina e outro de cirurgia, especialmente destacados para acudir às necessidades do Exército ali aquartelado.

---

<sup>12</sup> Consulte-se a propósito José Maria das Neves Costa, “Memórias para servirem a História da Campanha do Alentejo no anno de 1801”, in Henrique de Campos Ferreira Lima, *Boletim de Segunda Classe*, Vol. VIII, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1914, pp. 325-421; Belisário Pimenta, “A Campanha de 1801”, in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Vol. XIX, Coimbra, 1950, pp. 1-44.

<sup>13</sup> Sobre este assunto confira-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Ed. Verbo, 5ª edição, 1996, pp. 322-329.

<sup>14</sup> Sobre a situação militar em que a vila se encontrava leia-se Belisário Pimenta, “A Campanha de 1801”..., pp. 37-38 e 42.

<sup>15</sup> Arquivo Municipal de Vila Viçosa (doravante AMVV), *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fls. 98v.-99.

<sup>16</sup> Veja-se José Joaquim da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa...*, nº 13, pp. 39-41.

Foram nomeados o médico António José dos Santos e o cirurgião Francisco Inácio de Mira Vidigal, conhecido este último pela sua perícia como operador<sup>17</sup>. Embora as obrigações fossem muito semelhantes, auferiam salários diferentes. O médico tinha 200 mil réis de ordenado, enquanto o cirurgião apenas metade deste montante. Médico e cirurgião deviam residir na vila; acudir a todos os doentes que os mandassem chamar, “não os desprezando nas suas enfermidades”<sup>18</sup> e curar os pobres gratuitamente. Embora obrigado a residir na vila, o referido cirurgião ausentou-se durante alguns meses, tendo ido “assentar praça de cirurgião-mor do regimento de infantaria que foi de Olivença”, facto que lhe custou a sua substituição no posto. A Câmara não desculpou a ausência injustificada e, necessitando de um profissional permanente, procedeu à nomeação de outro que foi ocupar o seu lugar. A escolha recaiu em Francisco Pires de Ataíde, cirurgião-mor reformado do regimento de infantaria que tinha servido em Olivença. As obrigações mantinham-se, embora fossem mais recordadas. O cirurgião não se podia “ausentar sem consentimento da Câmara, devendo atender os doentes com prontidão, zelo e caridade (...), não os desprezando nas suas enfermidades, como também assistir aos exames dos corpos de delictos que houver”<sup>19</sup>. A recordação das exigências era feita num período de epidemias na vila e de novas invasões.

Porém, em 1806 a Câmara procedeu à readmissão do antigo cirurgião, devido às suas qualidades profissionais e dispensou os serviços de Francisco Pires de Ataíde, ainda que temporariamente. Passados meses, por não ter acudido “a hum soldado que tinha cahido de um andãme na obra da Real Capella desta villa, elle dito Francisco Inácio de Mira Vidigal não quiz acudir e (...) a Câmara não quer o ditto cirurgião”<sup>20</sup>, o cirurgião foi dispensado e procedeu-se ao regresso de Francisco Pires de Ataíde.

Com o alojamento do Exército alterou-se a vida dos residentes da vila que desde cedo foram confrontados com a escassez de produtos alimentares e com a subida do seu preço, agravando as já más condições de vida dos seus residentes<sup>21</sup>. Em acta de Vereação de Outubro de 1803, ficou declarado “estar este povo muito pobre, não só pelas despezas e contribuições que tiverão emquanto os Espanhóis estiverão nesta vila, mas também pelos exorbitantes preços a que tem chegado todos os víveres”<sup>22</sup>. Foi por causa da muita carestia existente nesta vila que a Coroa mandou entregar 10 moios de trigo em 1805, para se repartir pelos lavradores<sup>23</sup>.

Embora procurando manter-se neutro, situação mais aparente do que real, no conflito entre a França e a Inglaterra, Portugal viu-se confrontado em 1806 com o Bloqueio Continental decretado pela França, obrigando o fecho dos portos e do comércio à Inglaterra, a prisão e a confiscação dos bens dos súbditos ingleses que residiam no reino. Perante a recusa do Príncipe Regente de Portugal em prender e confiscar os bens aos ingleses residentes no reino, Napoleão ordenou o avanço das suas tropas contra

---

<sup>17</sup> Leia-se José Joaquim da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa...*, nº 13, p. 43.

<sup>18</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fl. 137v.

<sup>19</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1805-1811*, nº 810, fl. 15.

<sup>20</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1805-1811*, nº 810, fls. 37-37v. e 40-40v.

<sup>21</sup> Sobre a presença dos exércitos em Vila Viçosa e as consequências para as populações leia-se José Joaquim da Rocha Espanca, *Compendio de Noticias de Vila Viçosa*, Redondo, Typ. F. Carvalho, 1892, pp. 250-251. Veja-se também Rui Ramos, “Desmoronamento e reestruturação da economia”, in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 1, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 159-160.

<sup>22</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fls. 115v.-116.

<sup>23</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1805-1815*, nº 810, fl. 6v.

Portugal. A primeira invasão composta por tropas franco-espanholas chegou em 1807, enquanto a Corte portuguesa se refugiava no Brasil. O tratado de Fontainebleau assinado nesse mesmo ano entre a França e a Espanha repartia Portugal por estes dois países<sup>24</sup>. Depois da instalação de Junot, os aliados espanhóis entraram em ruptura com os franceses, hostilizaram-nos e abandonaram as posições que ocupavam<sup>25</sup>.

Auxiliados por tropas inglesas, os portugueses venceram os franceses, sem no entanto os fazer parar. Em 1809, sofremos a segunda invasão e no ano seguinte a terceira, comandada por Massena.

Como resultado desta terceira invasão, o castelo de Vila Viçosa serviu de quartel a soldados franceses<sup>26</sup>, facto que originou um motim popular contra a sua presença em 1809. Por todo o reino registaram-se as mesmas atitudes, num chamamento forte à insurreição contra os franceses<sup>27</sup>. A revolta política não se efectuava apenas em nome da soberania nacional, mas ecoava também a fome, a penúria dos grãos, os roubos, as devastações, os pesados impostos, as prisões, as sujeições, as violações e o registo de muitos soldados mortos e feridos<sup>28</sup>.

A experiência de Vila Viçosa foi vivida por outras terras do reino, onde se conheceu também o aquartelamento de militares. Tomar, durante a segunda invasão francesa “manteve milhares de tropas aquarteladas”, tendo a vila servido de quartel-general e a Misericórdia tratado muitos soldados enfermos, não apenas nacionais, mas também franceses<sup>29</sup>.

O incómodo causado às populações sentiu-se um pouco por todo o lado, tomando cada localidade as medidas que considerou mais adequadas à minimização dos efeitos. No Sardoal, quando chegaram as tropas francesas em 1807, a Misericórdia retirou todos os doentes do hospital, ficando apenas os casos considerados em estado mais grave. Todos os outros foram trasladados para casas particulares. Quando chegaram as primeiras tropas francesas invadiram de imediato o hospital para que nele se pudessem tratar os seus militares doentes, não tendo ficado, no entanto, internados<sup>30</sup>.

---

<sup>24</sup> Confira-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Ed. Verbo, 5ª edição, 1996, pp. 333-334.

<sup>25</sup> A propósito da retirada dos espanhóis veja-se Fernando Piteira Santos, “D. Maria I - D. João VI. A viragem do século/a mudança do país”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal. Das invasões francesas aos nossos dias*, Lisboa, Edições Mutilus, 1990, p. 54.

<sup>26</sup> A presença de tropas na vila foi diminuta, num total de 100 homens e não se conheceu nenhuma situação bélica entre o nosso exército e as tropas francesas.

<sup>27</sup> Sobre o levantamento do Porto consulte-se José Paulo Moura, “Sociedade e Revolta. O levantamento do Porto em 1808”, in *Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Porto, Universidade do Porto, 1992, pp. 292-303.

<sup>28</sup> Acerca dos motins surgidos leia-se Ana Cristina Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. Política e diplomacia na era das revoluções”, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 33-37.

<sup>29</sup> Para o sucedido em Tomar durante a segunda invasão confira-se Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar - os expostos - 1799-1823*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2001, pp. 175 e 184, dis. de mestrado policopiada.

<sup>30</sup> A propósito do verificado no Sardoal aquando da primeira invasão francesa leia-se Fernando Constantino Moleirinho, *Santa Casa da Misericórdia do Sardoal. A instituição e a sua actividade*, s.l., Câmara Municipal de Sardoal, 2000, p. 52

A mesma desordem foi sentida na Misericórdia de Lisboa, quer a nível hospitalar, quer na assistência aos presos<sup>31</sup>. Também em Braga, a Misericórdia local teve o encargo de curar militares durante o período das invasões<sup>32</sup>.

### Os militares internados

O estudo que apresentamos assenta em 2711 registos de soldados que foram tratados no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa entre 1800 e 1814, como anteriormente referimos.

Os militares assistidos constituem uma população distinta da habitualmente tratada nesta instituição. Desde logo, por serem militares e não pobres, como era a esmagadora maioria dos restantes que gozavam dos seus serviços. Os militares pagavam os serviços que recebiam e que incluíam cuidados médicos, serviços de lavagem de roupa, produtos da botica, alimentação, internamento e assistência à alma. Constituíam, portanto, uma população com características particulares e que trazia ao hospital uma dinâmica diferente em função das circunstâncias políticas nacionais e internacionais e das doenças de que eram portadores. As fontes de que dispomos não mencionam as doenças responsáveis pelos internamentos, mas não andaremos longe da verdade se as associarmos a questões de foro cirúrgico, decorrentes da guerra, como, aliás, já se verificava em finais do século XVIII, bem como, a questões “de medicina”. O tratamento de militares constituía um aspecto positivo para os cirurgiões hospitalares, uma vez que lhes proporcionava alargar e aprofundar a sua experiência neste campo, como se comprovou, por exemplo, em França, para o período em análise<sup>33</sup>. Contraíram também febres tifóides, obrigando-os a procurarem os serviços do hospital<sup>34</sup> e outras “moléstias” não explicitadas.

Os militares apresentavam ainda diferenças entre si: uns eram soldados, outros oficiais.

---

<sup>31</sup> Para o caso de Lisboa leia-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 305.

<sup>32</sup> Sobre a cura de militares no Hospital de São Marcos da Misericórdia de Braga veja-se Maria de Fátima Castro, *A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Obras nas igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)*, Braga, Autora e Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2001, p. 147; Henrique José Martins; Aurora dos Anjos Marques Ferreira, *A Misericórdia de Braga na época das invasões francesas*, Braga, Universidade do Minho, 1993, trabalho apresentado no âmbito do seminário “População e Sociedade” do Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea da Universidade do Minho.

<sup>33</sup> O facto de serem sujeitos a muito trabalho e normalmente a muitas amputações aumentava a experiência dos cirurgiões, tornando-os mais aptos para situações futuras. Leia-se Erwin H. Ackerknecht, *La médecine hospitalière à Paris (1794-1848)*, Paris, Payot, 1986, pp. 182-183.

<sup>34</sup> Sobre a epidemia de febre tifóide conhecida na segunda metade do século XVIII em Vila Viçosa e o seu alastramento entre os militares leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados...*, p. 158; Pedro de Brito, “As memórias dos militares ingleses na Guerra Peninsular, como fontes da História de Portugal coetânea”, in *Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 97.

Obrigavam ainda a um registo separado do dos restantes doentes, como se comprova pelo livro consultado que serviu de base ao nosso trabalho e que se confina apenas aos militares. Esta forma de actuação denota a preocupação do hospital com estes doentes. A confraria necessitava de possuir um registo rigoroso e actualizado, que facilitasse a realização de contas com o Exército.

Para além da assistência corporal, os militares internados eram também assistidos espiritualmente. Depois de ingressarem na instituição eram confessados, comungavam e ouviam à missa aos domingos e dias santos. O capelão do hospital celebrava num altar situado na enfermaria, possibilitando aos doentes a assistência aos serviços religiosos.

A introdução de militares no hospital exigiu da Santa Casa um reforço de serviços, em virtude das exigências que se colocavam. Atente-se, por exemplo, no seu registo em livros separados, de forma a que se procedesse facilmente à contagem dos dias de internamento e se contabilizasse a despesa efectuada, para ser paga pelo Exército. Os registos eram elaborados de forma simples, mencionando o nome do doente, o posto ocupado no Exército, o dia, o mês e o ano de internamento, a data de saída do hospital, o regimento a que pertencia. À margem encontrava-se registado o número de dias de internamento. A partir de finais de 1811 alterou-se o assento destes doentes, elaborando-se um quadro onde, para além das menções referidas, se acrescentou a filiação, a naturalidade e uma coluna com observações. Este espaço criado para observações foi fundamental para se proceder ao registo de alguns pormenores importantes. Com este reforço de identidade ficou-se na posse de mais elementos de identificação, que possibilitam afirmar que muitos militares tratados provinham das diferentes partes do reino.

Desde 1808 surge também a indicação dos falecidos. Se atendermos ao número de internados, verificamos que as mortes registadas são muito pouco significativas. Morreram apenas 3,6% do total de internados. Apesar da percentagem ser muito baixa, constata-se que a morte se registou quase imediatamente após o internamento. O falecimento destes militares ocorreu no dia seguinte ou poucos dias após serem hospitalizados, o que indicia serem portadores de quadros clínicos muito graves.

Soube-se então que entre 1808 e 1814 faleceram 13 soldados e que José Afonso, do regimento nº 5 de infantaria da segunda companhia, foi internado no hospital a um de Agosto de 1810 e “desertou” a dois de Setembro do mesmo ano<sup>35</sup>. Apesar de se conhecerem poucos pormenores sobre este caso, verifica-se que o militar em questão não estava preso ou sentenciado, como muitos que foram tratados neste hospital, durante o mesmo período. Contudo, ignoramos as razões que terão estado na base de tal procedimento.

Apesar de genericamente não se ter referido a causa dos internamentos, a 20 de Junho de 1811 foi hospitalizado um cabo da esquadra do regimento de milícias de Lagos, da companhia de granadeiros “por não estar capas de acompanhar a conduta para Lisboa”, o qual acabou por morrer no dia seguinte<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados que vem curarse a este Hospital Rial de Villa Viçosa*, nº 60, fl. 123.

<sup>36</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, nº 60, fl. 125v.

Os soldados que estiveram hospitalizados, num total de 2711, pertenciam a diversos regimentos e companhias. Até 1803 estiveram muitos regimentos em Vila Viçosa, demonstrando a necessidade de fortalecer aquela praça fronteiriça. Por ali passaram os regimentos de infantaria de Estremoz, de cavalaria de Elvas, Évora e de Moura, os regimentos de infantaria de Castelo de Vide, Olivença, Elvas, Serpa, Cascais, Campo Maior, Olivença e do Crato. A partir desta data permaneceu quase exclusivamente o regimento de Olivença. Depois de 1807, a vila ficou quase exclusivamente entregue às suas milícias, a mais algumas “tropas da linha” (das divisões do Norte ou do Sul) ao regimento de voluntários de Estremoz e às milícias de Alcácer do Sal. Os regimentos estavam divididos em companhias, tendo ganho relevo em Vila Viçosa a presença das companhias de militares granadeiros e caçadores. Como se constata, os militares recolhidos e tratados no hospital do Espírito Santo integravam regimentos que não figuravam no acordo assinado com a Coroa. Esta alteração esteve provavelmente associada à situação que se vivia e à urgência de acudir aos enfermos, atendendo-se todos os que estivessem a necessitar de cuidados médicos.

Os militares internados apresentavam situações distintas. Desde logo, e como já anteriormente afirmámos, existiam diferenças entre eles. Alguns estavam “presos e sentenciados”, ou simplesmente encontravam-se já “sentenciados”, à espera de cumprirem a pena que lhes estava cometida. Em finais do século XVIII, alguns teóricos enunciaram a dificuldade de mobilizar homens para o Exército e de os manter nas suas fileiras<sup>37</sup>. Sentia-se uma grande desmotivação para integrar o corpo defensivo do reino e a falta de cumprimento das suas regras era assumida por muitos que o reconheciam abertamente.

Desconhecemos as razões responsáveis pelo estado em que se encontravam estes militares. Sabemos no entanto que o Exército exige de todos os seus membros o cumprimento de uma forte disciplina, constituindo esta o núcleo fundamental da guerra. A disciplina assenta numa cadência interna de obediências, que correspondem, por sua vez, ao respeito pelas hierarquias existentes na orgânica do Exército. O registo de qualquer falta, de qualquer desobediência que manchasse a disciplina militar era condenada e pode justificar a prisão em que muitos se encontravam. O sistema de “arrolamento” constituía também um factor responsável pelas inúmeras deserções que se registavam<sup>38</sup>. As fugas eram frequentes, reflectindo a falta de vontade de permanecer num sistema não desejado e de participar numa causa que não abraçavam, paga com soldos miseráveis e nem sempre atempadamente<sup>39</sup>. Outros “esqueciam” as regras que lhes eram impostas e partiam para uns dias de descanso sem a autorização necessária. Apesar das alterações efectuadas no Exército na segunda metade do século XVIII, nos princípios do novo século o descalabro militar era apontado e reconhecido por muitos<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Sobre este assunto confira-se Rui Bebião, *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Minerva Histórica, 2000, p. 439.

<sup>38</sup> Leia-se Rui Bebião, “Organização e papel do Exército”, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 253.

<sup>39</sup> Acerca desta temática consulte-se Maria de Fátima Bonifácio “A emergência do radicalismo (1800-1834)”, in Roberto Carneiro; Artur Teodoro de Matos (Coord.), *Memória de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 435.

<sup>40</sup> Veja-se António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 382-383. Ainda acerca da insurreição vivida em algumas casernas e acampamentos, bem como as deserções verificadas nos diferentes corpos do Exército Português consulte-se

A situação que espelha a desordem vivida no Exército nos inícios do século XIX não era nova. Ela foi herdada do século anterior e a presença de soldados presos a receberem assistência no hospital da Misericórdia de Vila Viçosa também não constituía novidade. Em finais do século XVIII, 26,7% dos militares internados estavam nesta situação<sup>41</sup>. O internamento de militares “sentenciados e presos” ou apenas “sentenciados” continuou, mas curiosamente a percentagem dos que se encontravam nestas situações entre 1800 e 1814 desceu acentuadamente para 8,5%. Acresce que a partir de 1811 apenas foi internado um soldado que estava preso e sentenciado. O militar Manuel Vicente, das milícias de Vila Viçosa, da companhia de granadeiros, saiu do hospital depois de três dias de internamento, “por ser preso para responder em Conselho de Guerra<sup>42</sup>”. Esta diminuição demonstra que a indisciplina e os crimes cometidos foram mais frequentes no período antecedente à Guerra Peninsular e às invasões francesas do que durante estas ocorrências.

O internamento destes militares encarcerados fazia-se, por vezes, em número muito significativo de uma só vez. No dia 31 de Janeiro de 1800 deram entrada no hospital oito soldados<sup>43</sup>, demonstrando que depois da doença instalada, o contágio se efectuava com facilidade, proporcionado pelas condições de insalubridade existentes nas cadeias, as quais propiciavam movimentos sazonais de doenças epidémicas<sup>44</sup>.

Muitos desertores incorporavam bandos de libertinos que se dedicavam à mendicância e à delinquência, formando quadrilhas de ladrões que pululavam por todo o Alentejo, actuando contrariamente às “leis divinas e humanas”. Para os que se posicionavam fora do quadro normativo em vigor, foram accionadas medidas para quando fossem apanhados em flagrante delito. Por causa das continuadas deserções que se verificavam no Exército, o general Beresford queixou-se em 1804 à Secretaria de Estado da Guerra<sup>45</sup>.

Verificámos que os militares estiveram internados em média 12,4 dias, registando-se uma subida da sua permanência no hospital, quando comparada com a conhecida para finais do século XVIII<sup>46</sup>. Este aumento de dias de tratamento pode estar relacionado com a situação de guerra vivida. Apesar desta média, conhecemos casos de alguns militares que permaneceram longas temporadas internados. O soldado José de Brito, do regimento de cavalaria de Moura, da 5ª companhia, esteve hospitalizado 334

---

José Maria Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, pp. 357-358; Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp. 88-98.

<sup>41</sup> Confira-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados...*, p. 161.

<sup>42</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n.º 60, fl. 127.

<sup>43</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n.º 60, fl. 3.

<sup>44</sup> Maria José Moutinho dos Santos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 264-265.

<sup>45</sup> Acerca desta problemática consulte-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol VII..., p. 101.

<sup>46</sup> Em finais do século XVIII, os militares tratados no hospital de Vila Viçosa estavam internados em média sensivelmente menos dois dias. Os militares que se trataram de questões de medicina estiveram internados em média 10,6 dias e os de cirurgia 10,4 dias.

dias<sup>47</sup>; o soldado Bernardo José, do 2º regimento de Olivença manteve-se internado durante 299 dias<sup>48</sup>, o militar João de Almeida esteve hospitalizado 229 dias<sup>49</sup> e o soldado Manuel Lopes permaneceu no hospital ao longo de 194 dias<sup>50</sup>.

Desconhecemos as razões de internamentos tão prolongados, mas provavelmente estiveram associados a quadros clínicos graves que obrigaram a cuidados clínicos mais dilatados. Contudo, muitos soldados registaram uma tendência oposta, permanecendo muito pouco tempo no hospital. Alguns estiveram apenas um dia e outros permaneceram poucos dias, apenas o tempo considerado necessário ao restabelecimento. Recorde-se que este tratamento era pago e que quanto menos tempo estivessem internados, menos o Estado desembolsava para pagar à Misericórdia.

Efectuámos uma análise particular aos soldados que se encontravam presos e sentenciados ou apenas sentenciados e aos oficiais, procurando analisar o comportamento da instituição perante situações tão diferentes. Verificámos que os militares que se encontravam na primeira situação estiveram hospitalizados em média 8,2 dias, ou seja, menos quatro dias do que os restantes militares. Esta situação não foi explicada mas pode estar relacionada com a situação em que se encontravam. Apesar de não se ter verificado nenhuma fuga durante o período de internamento, o hospital não dispunha de condições para a evitar e garantir a sua permanência nas instalações hospitalares. Por isso, logo que apresentassem melhoras, estes soldados eram enviados de regresso. Quanto aos oficiais verificámos que o seu tempo médio de internamento foi de 12,9 dias. Esta diferença pouco significativa, quando confrontada com a média de dias de internamento dos restantes militares internados, pode estar relacionada um tratamento que incluiu mais algum tempo de retempero de forças.

O hospital Real do Espírito Santo de Vila Viçosa não possuía instalações suficientes para proporcionar aos doentes um período de convalescença, nem existia na vila nenhuma unidade que prestasse estes serviços. Por isso, logo que os doentes apresentassem sinais de melhora, era-lhes “dada alta”<sup>51</sup> para regressarem ao quartel. Como ainda não estavam totalmente restabelecidos, passados alguns dias, muitos regressavam novamente ao hospital. Esta situação decorria da falta de espaço<sup>52</sup>, mas também e, no caso particular dos militares das condições em que estavam a ser curados.

Era um serviço diariamente pago, interessando diminuir os internamentos ao essencial. Por isso, muitos dos que foram internados regressaram ao hospital várias vezes para serem novamente tratados. Dos internados 5,3% voltaram ao hospital; 3,5% registaram um segundo internamento, 1% um terceiro e 0,8% um quarto ou quinto internamento. Não foram muitos os que regressaram ao hospital pela quinta vez, mas o

---

<sup>47</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n° 60, fl. 24.

<sup>48</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n° 60, fl. 90v.

<sup>49</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n° 60, fl. 123.

<sup>50</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, n° 60, fl. 132.

<sup>51</sup> Expressão utilizada para significar a autorização dada aos doentes para abandonarem o hospital.

<sup>52</sup> Sobre a sobrelotação hospitalar leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, pp. 647-648; Laurinda Faria dos Santos Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755. Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 97.

tambor Luís da Conceição deu cinco vezes entrada no hospital. Chegou ao hospital pela primeira vez em Agosto de 1804 e manteve-se internado 24 dias, regressou em Setembro para cumprir mais 27 dias de internamento. Em Maio do ano seguinte voltou ao hospital para um internamento de seis dias, acrescido de mais quatro dias em Agosto e de mais oito em Setembro<sup>53</sup>. A história de Luís da Conceição foi comum a outros colegas seus, que abandonaram o hospital sem estarem totalmente curados, tendo novamente regressado, em virtude do agravamento do seu estado de saúde.

**Gráfico 1**  
**Militares tratados no hospital Real do Espírito Santo (1800-1814)**



**Fonte:** ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, nº 60.

O gráfico 1 representa a distribuição dos militares tratados no hospital da Misericórdia de Vila Viçosa ao longo de 14 anos e demonstra que o maior contingente de militares aí curado se verificou até 1807, sendo o ano de 1800 aquele que registou mais

<sup>53</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, nº 60.

soldados enfermos. De tal forma a presença do Exército se fazia sentir na vila que em 1800 se nomeou um “Tesoureiro Geral de Porta do Expediente Militar”<sup>54</sup>. Ora, foi em função da instalação de um surto de tifo que se nomeou nesse ano um guarda-mor da saúde, para se evitar o “temível estrago da peste de que há notícia certa anda no reino de Castella”, assentou-se igualmente poder nomear “em Câmara outros guardas-mores comandantes dos outros guardas do campo e sentinelas para servirem durante somente o tempo em que se recêa o contágio da peste”. Foram eleitos para estas funções o tenente da praça Manuel António Lobo da Ponte e o capitão Jerónimo da Costa de Carvalho<sup>55</sup>. Apesar de em Março se falar apenas em receio da peste, o que é certo é que ela se instalou e foi responsável por tão grande número de militares internados.

Em 1804, o movimento de internamento de militares iniciou uma marcha de ascensão que se tornou mais clara no ano seguinte. Este agravamento deu-se em virtude do “mal epidémico que com rápido progresso graçava na cidade de Málaga”, havendo necessidade de se nomear na vila um novo guarda-mor da saúde, para proceder à imposição das “mais vigorozas e promptas cautellas”. O receio era grande tanto mais que se acrescentava que a peste se encontrava também em Castela<sup>56</sup>. As preocupações eram muitas, mas as medidas tomadas pela Câmara parecem que se confinavam à nomeação do guarda-mor da saúde. A doença contagiou muita gente na vila. Os livros de vereações possibilitam ver as faltas dos vereadores nestes anos às sessões camarárias, por se encontrarem “com moléstia”, bem como a substituição dos postos de comando nas tropas locais, em virtude de se encontrarem doentes ou terem falecido.

A partir desta data, o número de militares internados neste hospital decresceu, demonstrando também que a vila não foi palco de actividades bélicas durante o período das invasões francesas. Podemos afirmar que Vila Viçosa conheceu o maior contingente de tropas durante o período da Guerra Peninsular, altura em que foi invadida, bem como muitas praças suas vizinhas. Nesta ocasião, necessitou de um corpo militar permanente mais robustecido. Durante as invasões francesas, esta região do Alentejo não foi palco directo de guerra, facto que se repercutiu no número de tropas sediadas na vila, bem como nos soldados tratados no hospital da Misericórdia.

Apesar de não ter sofrido directamente a destruição das invasões francesas, em Novembro de 1807 houve um arrolamento de “carretas, bestas maiores e menores para irem para os transportes militares”. No começo do ano seguinte, a vila foi repartida em quarteirões e cada um deles entregue a um homem para zelar pela conservação da tranquilidade pública. Em 1811 tabelou-se o preço do pão, como anteriormente se verificava, por se considerar ser o seu consumo “excessivo ocasionado pelos movimentos extraordinários dos exércitos”<sup>57</sup>.

A presença ainda que diminuta dos franceses na vila levou a maiores exigências aos médicos que serviam a Câmara. Em 1809, foi exigido ao Dr. João Vicente da Silva, médico aprovado pela Universidade de Coimbra, que cumprisse todas as suas obrigações, caso contrário seria despedido “o que não hé de esperar”<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fl. 53v.

<sup>55</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fls. 56v.-57.

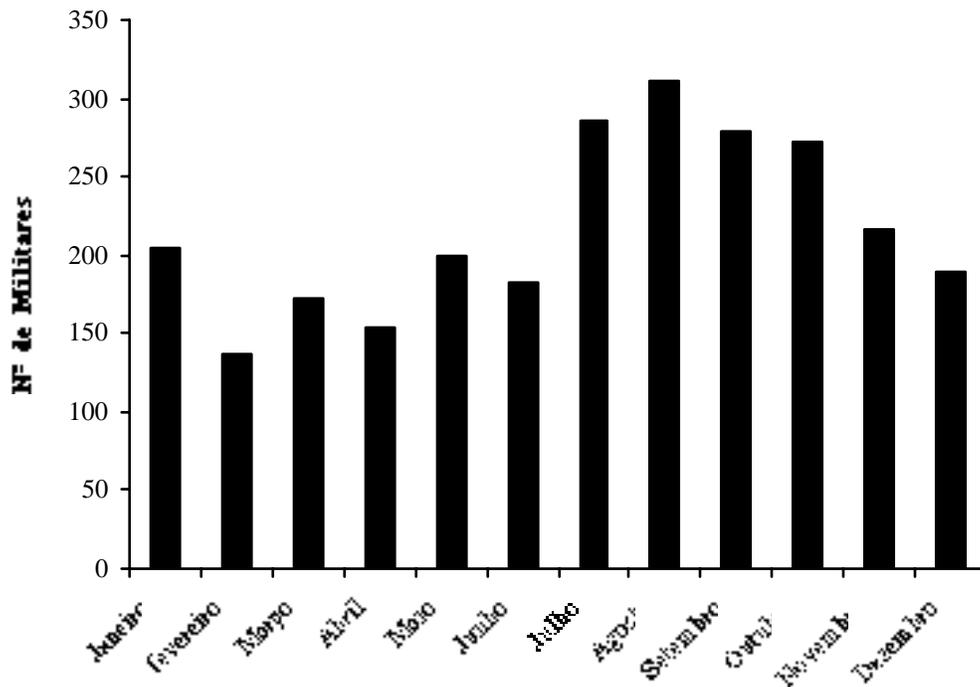
<sup>56</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1797-1805*, nº 809, fl. 149.

<sup>57</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1805-1811*, nº 810, fls. 69, 72v.-73; *Livro de receita e despeza 1811-1815*, nº 811, fls. 2 e 8.

<sup>58</sup> AMVV, *Livro de Vereações de 1805-1811*, nº 810, fl. 121.

Embora não tivesse sido palco de batalha, Vila Viçosa sofreu directa e indirectamente com a presença de tropas francesas; de forma directa, porque teve um pequeno batalhão de franceses no castelo e indirectamente porque serviu de rota de passagem para muitos militares que se encontravam em trânsito para outras praças, conhecendo os incómodos da presença dos militares na terra.

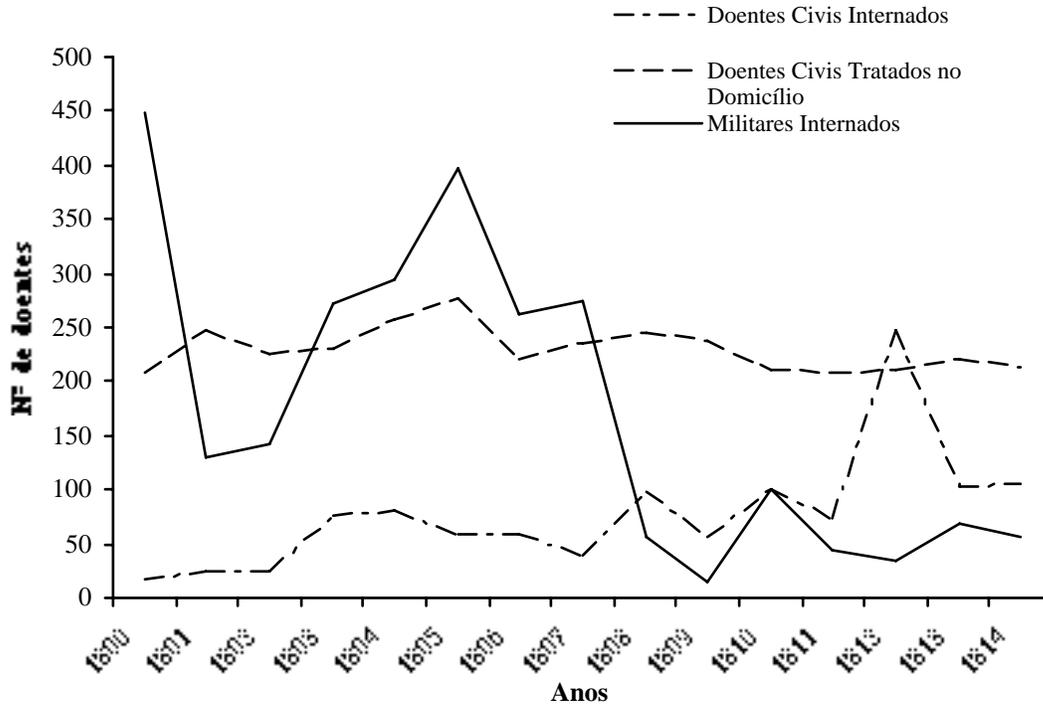
**Gráfico 2**  
**Distribuição dos militares tratados no hospital Real do Espírito Santo ao longo do ano (1800-1814)**



**Fonte:** ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, nº 60.

A análise do gráfico 2 permite concluir que o hospital tratou o maior número de militares na segunda metade do ano, com incidência particular nos meses de Verão: Julho, Agosto e Setembro foram os meses que registaram mais internamentos. Os primeiros seis meses do ano conheceram uma diminuição acentuada dos internamentos, tornando o final do Inverno e a Primavera períodos mais aliviados em termos de doenças. As razões que determinaram esta sazonalidade não foram explicitadas, mas podem estar associadas a surtos epidémicos de doenças que atacavam com maior incidência nos meses de Verão e do Outono.

**Gráfico 3**  
**Doentes tratados pela Misericórdia de Vila Viçosa (1800-1814)**



**Fonte:** ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baixas e altas dos officiaes militares e soldados...*, nº 60; *Lembranças dos doentes que se curão nas Enfermarias da Santa Casa da Misericórdia desta Vila Viçosa 1799-1858*, nº 59; 284 a 289 RDM.

Com o hospital cheio de militares, a opção da Santa Casa foi a de proceder ao tratamento domiciliário dos doentes civis, internando um número muito pequeno destes doentes<sup>59</sup>. Como se demonstra através do gráfico 3, a instituição recorreu ao tratamento domiciliário para a maioria destes doentes<sup>60</sup>. Pode ainda verificar-se que à diminuição de militares internados corresponde um movimento de ascensão nos internamentos dos doentes civis e também uma descida ainda que pouco acentuada nos tratamentos domiciliários. Esta diminuição pouco pronunciada nos doentes tratados em casa fica a dever-se à renitência que as mulheres continuam a apresentar em curar-se no hospital, preferindo realizar o tratamento em suas casas.

<sup>59</sup> ASCMVV, *Lembranças dos doentes que se curão nas Enfermarias da Santa Casa da Misericórdia desta Vila Viçosa 1799-1858*, nº 59.

<sup>60</sup> ASCMVV, 284 a 289 RDM.

## Os pagamentos do tratamento

Os soldados internados continuaram a pagar 180 réis por dia até 1805, quantia negociada em 1735, na altura em que se reformulou o acordo com a Coroa. A partir de 1805, por “avizo do Secretário dos Negócios Estrangeiros”, a diária aumentou para 240 réis<sup>61</sup>. Este aumento de 60 réis deve ter sido uma reivindicação da Santa Casa, mas a documentação existente não a permite estudar. Contudo, constituiu um aumento significativo, numa altura que se avizinhava muito complicada para a Coroa. Provavelmente a Santa Casa deve ter ameaçado suspender este tipo de serviços se o pagamento não fosse aumentado. Como a Coroa não podia correr o risco de ficar sem unidades de tratamento aos militares, cedeu à pressão exercida pela confraria.

A Misericórdia devia procurar o dinheiro em Estremoz, na Tesouraria Geral do Exército. Porém, os pagamentos foram efectuados em Estremoz e em Elvas, locais conhecidos pelos irmãos da Santa Casa, habituados que estavam a correr atrás destes dinheiros. Para proceder à sua arrecadação, a Santa Casa tinha ainda que efectuar despesas. Em 1800, gastou 9.270 réis com o “requerente da Caza pellas jornadas que fez a Elvas e Estremoz à cobrança do curativo dos militares”<sup>62</sup>. Ou seja, para receber o montante que lhe era devido, a Misericórdia tinha ainda que fazer despesas, dependendo o seu montante das viagens efectuadas pelo requerente ou de outro qualquer seu assalariado<sup>63</sup>. Mas estes não foram os únicos incómodos causados pelos militares. O hospital teve necessidade de reforçar o ordenado ao capelão e ao seu corpo clínico, adaptando-o ao trabalho executado. Em 1802, gastou 16.200 réis com o padre capelão, o médico, o cirurgião e os sangradores da Casa, “em atenção ao maior trabalho com os enfermos militares”<sup>64</sup>. A parcela referente ao serviço efectuado aos militares era paga pelo Exército, mas adiantada pela Misericórdia. Situação similar era vivida no sector das roupas. O Exército contribuía com algumas roupas para as enfermarias, mas a compra de roupa de cama pela Misericórdia ao longo destes anos demonstra que a mesma esteve sujeita a grande desgaste, obrigando a instituição à sua reposição.

A situação em relação aos pagamentos manteve-se. A Coroa pagava mal e tardiamente. Os irmãos lançaram no livro de registo dos militares internados os recebimentos efectuados, possibilitando verificar que eram muito irregulares. A análise da contabilidade demonstra pagamentos parciais e com meses de atraso. Mesmo assim, o atraso é menor do que o verificado anteriormente.

Procurando impor mais rigor à contabilidade existente, a Santa Casa passou a partir de 1801 a efectuar registos mensais das despesas feitas com os doentes militares<sup>65</sup>. Esta medida não tinha apenas a ver com a necessidade de apresentar contas correctas ao Exército. Desde 1800 em diante, as contas da Misericórdia passaram a ser vistoriadas anualmente pelo Desembargador da Casa da Suplicação e Corregedor da Comarca de Vila Viçosa, razão pela qual os livros de receita e despesa ganharam maior rigor, quando comparados com os das duas últimas décadas do século anterior. Depois de vistoriadas as

---

<sup>61</sup> ASCMVV, *Este livro hade servir para se lançarem as baxas e altas dos officiais militares e soldados...*, fl. 80.

<sup>62</sup> ASCMVV, *Livro de receita e despeza de 1797-1801*, nº 201, fl. 175v.

<sup>63</sup> Em 1805, o procurador efectuou três viagens a Elvas para receber o pagamento do Exército. Gastou nessas deslocações 4.080 réis. Veja-se ASCMVV, *Livro de receita e despeza 1805-1811*, nº 202 A, fl. 14v.

<sup>64</sup> ASCMVV, *Livro de receita e despeza 1801-1802 e 1804-1805*, nº 202, fl. 41v.

<sup>65</sup> ASCMVV, *Livro de receita e despeza 1801-1802 e 1804-1805*, nº 202, fls. 18-19v.

contas era elaborado um auto pelo referido Desembargador, onde se declarava “estarem conformes”. Esta menção era alcançada depois das adições terem sido examinadas esmeradamente pelos irmãos responsáveis e pelo escrivão da Santa Casa. Curiosamente, a partir de 1807, deixam de constar nos livros de receita e despesa os montantes gastos com os assalariados da Santa Casa na procura do dinheiro em Elvas ou em Estremoz. Esta falta de registo coincide com a diminuição de soldados tratados no hospital da Santa Casa, embora saibamos que os pagamentos se continuavam a efectuar com atrasos.

Como a Coroa mantinha pagamentos atrasados com outras Misericórdias que possivelmente também a pressionavam, em 1814 ordenou o pagamento das dívidas em atraso desde 1810. Estas dívidas existiam em muitos hospitais que se tinham ocupado do tratamento de militares e não tinham sido pagos atempadamente.

Tratando-se de uma terra de fronteira e sede da Casa de Bragança, Vila Viçosa esteve exposta a tropas invasoras, conheceu a movimentação de militares e o internamento destes no hospital da Misericórdia. Esta unidade tratou os militares que se feriram ou contraíram algum mal, tendo privilegiado o internamento destes doentes e optado por curar em casa os doentes civis, reduzindo ao mínimo o internamento destes últimos doentes.

## Resumé

Dans ce texte nous proposons une analyse sur la qualité des soins accordés aux militaires, à l'hôpital de Vila Viçosa, pendant les invasions de Napoléon. Nous cherchons à étudier la relation entre la conjoncture politique et les nombres des militaires qui ont été guéris. Depuis la signature d'un traité entre la Misericórdia de Vila Viçosa et le Roi, en 1660, en vue de la guérison des militaires à l'hôpital du Saint Esprit, ont été soignés dans cet hôpital des milliers de militaires, notamment en période d' invasion des frontières par des troupes étrangères.

À la fin du XVIII siècle la présence des militaires à Vila Viçosa était déjà énorme. C'est pourquoi ce phénomène s'est encore aggravé dans les décennies qui s'en suivent. À ce moment, l'hôpital du Saint Esprit, étant rempli par des militaires, ne pouvaient plus assurer l'assistance à la population civile, en cas de maladie. Dès lors, celle-ci devait se faire soigner à la maison.

Cette étude cherche aussi à montrer la difficulté de la Couronne pour régler ses dettes à envers l'hôpital, étant donné qu' elle le faisait toujours en retard et de façon fragmentée.

## Abstract:

This work deals with health treatment of soldiers at the *Hospital Real da Misericórdia* of Vila Viçosa during the napoleonic invasions. An analysis of the connection between these political and military events and the amount of soldiers treated at this hospital is made. The Crown's payments to the hospital will also be studied. In fact, the difficulty of the Crown to make payments in due time was constant; throughout this period, Crown's payments were always late and fractioned, not to the full.

In 1660, a treaty was signed between the Crown and the *Misericórdia* of Vila Viçosa so that soldiers would receive health care at the *Hospital do Espírito Santo*. After this, thousands of soldiers were treated in the hospital wards, more so during times of invasion of the Portuguese borders by foreign troops.

Military presence in Vila Viçosa was very strong by the end of the 18<sup>th</sup> century, but it became even stronger in the first years of the nineteenth century because of the Peninsular War, Vila Viçosa being occupied by Spanish and French troops. During this period, the *Hospital do Espírito Santo* was filled with soldiers and treatment of civil patients in the hospital wards was reduced to a minimum, whenever possible treatment being provided at home. The hospital could not attend but the military needs and was taken by the military.

Conceitos-chave: hospital, assistência, guerra e militares.